

Assistência jurídica gratuita como serviço público no Brasil

VALLE, K. M.

Faculdade de Direito de Ribeirão Preto / Universidade de São Paulo

Resumo

A Constituição Federal em seu art. 5º, LXXIV, estabelece que o Estado auxiliará os hipossuficientes em suas demandas jurídicas de forma integral e gratuita. As Defensorias Públicas servem a tal propósito e são definidas como instituições essenciais ao funcionamento da justiça, uma vez que procuram expandir o acesso à justiça a todos os brasileiros. Nesse sentido, o Estado estaria prestando um serviço à sociedade, sem a cobrança de taxas, tarifas ou preços públicos, embora a Constituição não rotule explicitamente a assistência como serviço público. A Lei complementar nº 80/94 buscou organizar as defensorias, estabelecendo funções e os direitos dos assistidos. Entretanto, apesar de toda a positivação dos direitos e deveres desses órgãos, ainda existem muitos obstáculos a serem superados para cumprimento efetivo da função constitucional de auxílio jurídico aos hipossuficientes.

O objetivo do estudo é compreender o significado da assistência jurídica como um serviço público no Brasil. Mais especificamente, este estudo tem como objetivo analisar a efetivação do acesso à justiça por meio da prestação de serviços de assistência jurídica gratuita no direito brasileiro, a partir das defensorias públicas, concluindo sobre os desdobramentos de sua existência e verificando eventuais problemas advindos da ausência de publicidade sobre a assistência gratuita, da incoerência nos requisitos para hipossuficiência dos assistidos, a falta de preparo de muitos defensores públicos no tratamento dos assistidos, a expansão dessas assistências jurídicas para cidades menores no país e a isonomia processual entre os assistidos pelas defensorias e os que possuem advogados particulares. Busca-se, em última instância, verificar como os princípios da universalidade, da isonomia, do serviço adequado e da continuidade, típicos da teoria do serviço público, incidem na atividade de assistência e em que medida esses princípios geram direitos subjetivos dos hipossuficientes diante do Estado.

A pesquisa partirá de uma análise teórica da definição e conceitos de serviços públicos. Depois, voltar-se-á para a Lei Complementar nº 80/94 e os Diagnósticos das Defensorias Públicas no Brasil, que divulgam os passos das defensorias em números, de forma que trazem

a estrutura orçamentária, a estrutura de material de recursos humanos e a produtividade das mesmas. Por fim, será definido o regime jurídico das defensorias públicas e os direitos derivados delas para a sociedade. Desse modo, objetiva também a compreensão de quais exigências os cidadãos podem fazer em relação a esse serviço e quais são as medidas tomadas pelo Estado no sentido de aprimorar a defesa dos hipossuficientes, efetivando o princípio da isonomia processual.

Abstract

The Federal Constitution of Brazil on the article 5º, LXXIV, establishes that the State must provide free legal assistance to people who cannot afford it, due to their financial situation. The Public Defenders serve that initiative and are an essential institution for the operation of justice, once they look for the expansion of the access to the justice for all the Brazilians. In this sense, the State would be providing a service to the society, without charging fees, rates or public prices, although the Constitution does not explicitly label the assistance as a public service. The complementary law nº 80/94 tried to organize the public defenders, setting functions and the rights of needy people. However, despite all the rights and duties of this institution, as exposed on that law, there are a lot of obstacles still to be overcome for the effective compliance with constitutional function of juridical help for needy people.

The purpose of this study is understand the meaning of juridical assistance as a public service on Brazil. More specifically, this study aims to provide an analysis of the effectiveness of access to justice through public defenders juridical assistance on Brazilian law. It will conclude about the ramifications of their existence and check for any problems resulting from lack of publicity about free assistance, the inconsistency regarding the requirements for the acceptance of needy people to this free assistance, the lack of ability of many public lawyers on the treatment of the needy people, the expansion of this juridical assistances to smaller cities in the country and the procedural treatment comparison between needy people assisted by a public defender and people who hires a private lawyer. Ultimately, it tries to verify how the principles of universality, equality, proper service and continuity, typical of the theory of public service, regarding the assistance activity and also in what extent these principles generate subjective rights to needy people before the State.

The research began with the theoretical analysis about the definition and concepts of public services. After, it will study the complementary law nº 80/94 and the Diagnostics of Public Defender in Brazil, which discloses the steps of defenders in numbers, so bring the budget structure, the material structure of human resources and the productivity of them. Lastly, the

research aims to define the legal regime of public defenders and the rights resulted from it to society. In that way, it also aims the comprehension of which demands the citizens can expect about this service and it must be observed which are the measures taken by the State to enhance the protection of needy people, actualizing the principle of procedural equality.